

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Temáticas rurais: do local ao regional

Roberto Verdum

Luiz Fernando Mazzini Fontoura


UFRGS
EDITORA


SEAD
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**TEMÁTICAS RURAIS: DO LOCAL
AO REGIONAL**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Roberto Verdum
Luiz Fernando Mazzini Fontoura

TEMÁTICAS RURAIS: DO LOCAL AO REGIONAL



Copyright dos autores 1ª edição: 2009

Direitos da edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Ely Petry

Revisão: Ignacio Antonio Neis, Jaques Ximendes Beck e Sabrina Pereira de Abreu

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Coordenação: Lovois de Andrade Miguel, Gabriela Trindade Perry e Marcello Ferreira

Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER)

Coordenação Pedagógica: Marcelo Antonio Conterato

Coordenação de Tutoria: Laura Wunsch

Coordenação Núcleo EAD: Tânia Rodrigues da Cruz

Secretário: Jorge Luis Aguiar Silveira

Projeto gráfico: Editora da UFRGS

Editoração: Ely Petry

V487t Verдум, Roberto

Temáticas rurais: do local ao regional [recurso eletrônico] / Roberto Verдум e Luiz Fernando Mazzini Fontoura ; coordenado pela SEAD/UFRGS. — Dados eletrônicos . — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

65 p. : pdf

Formato digital em 2017.

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

Inclui figuras e glossário.

Inclui bibliografia.

1. Agricultura. 2. Economia. 3. Desenvolvimento rural – Realidade agrária local e regional. 4. Propriedades rurais – Leitura de paisagem – Fotografias – Diversidades regionais. 5. Desenvolvimento rural – Potencialidades – Limitações. 6. Sociologia rural – Bases geográficas. 7. Conexão espacial local e regional. 8. Agricultura – Diferenciação regional – Implementação – Modernização. I. Fontoura, Luiz Fernando Mazzini. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. III. Título. IV. Série.

CDU 338.43.01(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0358-0

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
--------------------------	----------

UNIDADE 1

PRODUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE LEITURA DA PAISAGEM.....	9
--	----------

1.1 Perceber e conceber a paisagem.....	10
1.2 Roteiro metodológico para realizar a leitura da paisagem.....	14
1.3 Objetos de aprendizagem.....	19
1.4 Diversidades regionais identificadas através da leitura da paisagem.....	25

UNIDADE 2

ANÁLISE DOS LIMITANTES E DAS POTENCIALIDADES DIAGNOSTICADAS.....	33
---	-----------

2.1 As bases geográficas da Sociologia rural.....	34
---	----

UNIDADE 3

A CONEXÃO ESPACIAL: ENTRE O LOCAL E O REGIONAL.....	41
--	-----------

3.1 A região como conceito-base de diferenciação.....	42
3.2 A diferenciação regional e a implementação da modernização da agricultura.....	50

Glossário.....	59
-----------------------	-----------

Bibliografia.....	63
--------------------------	-----------

Com este material didático, você vai encontrar um suporte para desenvolver os trabalhos propostos que tratam de duas categorias de análise do espaço geográfico: a paisagem e a região. A proposta de trabalho visa problematizar as questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à realidade agrária em duas escalas espaciais: a local e a regional. Nesse sentido, você vai poder realizar uma primeira abordagem de temas relevantes da sua realidade local e regional, assim como compreender as abordagens teórico-metodológicas de interesse compartilhado. Como fundamentos, podem-se destacar o estudo da problemática do desenvolvimento rural, a caracterização da realidade agrária e a identificação dos fatores limitantes e das potencialidades locais e regionais.

Para você ter em mente os conceitos-chave da disciplina, podem-se salientar entre eles: o desenvolvimento rural, as diferenciações de escala, as homogeneidades e as heterogeneidades locais e regionais, os fatores limitantes e as potencialidades locais e regionais, as tipologias e os sistemas de produção e as unidades de paisagem.

Os estudos propostos neste material e o desenvolvimento da disciplina apoiam-se no uso de textos científicos de referência para a temática, a elaboração de resenhas, a interpretação de documentos fotográficos, a produção de representações cartográficas básicas, a elaboração de instrumentos de enquête e a participação dos estudantes, tutores e professores nos fóruns de debates coletivos sobre os temas propostos.

PRODUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE LEITURA DA PAISAGEM

Você está iniciando um trabalho que procura aproximá-lo das problemáticas locais relativas à questão do desenvolvimento rural. Nesta primeira Unidade, você vai poder registrar pela fotografia alguns aspectos das paisagens rurais da sua localidade, vai aprender a realizar a leitura dessa paisagem e iniciar um debate sobre as relações entre as dinâmicas agrárias locais e as regionais.

Para que você possa desenvolver esse aprendizado de leitura da paisagem local, são disponibilizados referenciais teórico-metodológicos que permitam identificar os elementos que compõem a paisagem, assim como suas diversas formas, estruturas e funções. Também são oferecidos, como suporte pedagógico para a realização da leitura da paisagem, dois registros fotográficos de estabelecimentos rurais nos municípios de Dom Pedrito e Pinheiro Machado, no estado do Rio Grande do Sul.

Para que você possa estabelecer as relações entre as escalas da sua localidade e as da região onde ela se insere, são propostos textos de referência sobre as relações entre o local e o regional, em temas diversos e que caracterizam as formas diferenciadas de conceber os recortes dos espaços regionais.

Os objetivos dessa Unidade são instrumentalizá-lo para:

- conhecer conceitos relativos à paisagem local e à sua relação com a dimensão regional;
- realizar um registro fotográfico e a leitura da paisagem (descrição dos potenciais e das restrições do meio, associados a essas diferenciações espaciais: setorização e/ou regionalização) nos moldes dos registros fotográficos apresentados como exemplos;
- participar do fórum para expor suas ideias e posições sobre os temas tratados, assim como trocar experiências com os colegas no ambiente da plataforma a distância.

Para que você possa dar início ao desenvolvimento desses objetivos, propomos a leitura do texto a seguir sobre paisagem.

1.1 Perceber e conceber a paisagem

Embora a ideia de paisagem esteja presente desde a Antiguidade, principalmente na pintura e na arte, a incorporação deste conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade. Sendo assim, *paisagem* ainda é um termo pouco usado e impreciso e, por isto mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu bel-prazer, anexando um qualificativo que precisa seu sentido.

Para as pessoas em geral, o termo *paisagem* sugere duas maneiras distintas de ser entendido: a de visão objetiva e a de representação. A ideia da paisagem como visão objetiva é baseada naquilo que a visão alcança; ou seja, a visão possibilita que se construa a noção de paisagem como um mosaico mais ou menos ordenado de formas e cores. O alcance e os limites da visão nos permitem estabelecer a noção de escala espacial da paisagem.

Ao nos transferirmos no tempo, notamos que o mesmo recorte espacial dado pela visão se altera, isto é, a paisagem é dotada de uma dinâmica que nos permite estabelecer para a paisagem também a noção de escala temporal. Todos os elementos que compõem essa dinâmica podem ser objetos de estudo, tanto em conjunto como isoladamente. No entanto, essa dinâmica sugere uma estrutura e um funcionamento essencialmente únicos, características que dariam a cada paisagem seu caráter específico.

Na ciência, a concepção de paisagem tem se diferenciado, como as associações que são feitas com as noções de país, lugar, unidade territorial e porção da superfície de terra firme. No limiar da sua elaboração como referencial de expressão artística e de análise das relações entre sociedade e natureza, duas construções lógicas são apresentadas na conceituação de paisagem:

– como a imagem que representa a vista de um recorte espacial, expressa na arte produzida a partir do século XVII, com significado pictórico/subjetivo, com a finalidade de expressar elementos associados à natureza e à vida do cotidiano da(s) sociedade(s) humana(s); nesse sentido, a paisagem seria a soma de muitos olhares, e não só um ponto de vista, como no caso do artista que a produziu;

– como a porção da superfície terrestre vista em seu conjunto e como o produto de uma área modificada pelas forças geológicas e geomorfológicas, com significado objetivo, onde buscamos compreender a origem da forma, da estrutura e da funcionalidade associadas a um número específico de elementos da natureza.

Na Geografia, especificamente, a paisagem pode ser concebida como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície

terrestre. Os geógrafos analisam os elementos que compõem a paisagem, em função da sua forma e magnitude, e propõem uma classificação das paisagens. Assim sendo, é de fundamental importância, nesse tipo de procedimento, que a paisagem seja considerada como o conjunto dos elementos da natureza que podem ser observados a partir de um ponto de referência. Além disso, na leitura da paisagem, é possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza.

As dificuldades encontradas pelos geógrafos para conceberem a paisagem dessa maneira são relacionadas à definição das heterogeneidades e das homogeneidades em relação à escala espacial, assim como à complexidade das formas da superfície terrestre. Nesse sentido, é fundamental considerar a natureza como uma mudança contínua de formas e de movimentos cíclicos, periódicos e em intervalos desiguais, que conduzem a uma constante renovação de formas e funcionamentos. Para o estudo da paisagem, segundo Humboldt (citado por ROUGERIE & BEROUTCHACHVILI, 1991), devemos considerar dois pressupostos:

- a aplicação do método racional empírico, fundamentado na experimentação;
- a busca das leis gerais de funcionamento da natureza.

Buscando compreender a complexidade da natureza e a existência de unidade em determinadas porções da superfície terrestre, Richthofen (citado por ROUGERIE & BEROUTCHACHVILI, 1991), explica-as pela interconexão de três esferas: a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera, de cuja interconexão resultaria a própria origem e a dinâmica da biosfera.

Já Smuts (citado por ROUGERIE & BEROUTCHACHVILI, 1991) afirma que o universo, a natureza e também suas partes constituintes tendem a gerar unidades que formam um todo. A natureza seria composta pelas matérias inerte, viva e pensante (ser humano). Essas matérias não são o resultado da soma de seus elementos, porém estes são interconectados e

estruturados de uma determinada maneira.

A natureza tende a ser vista como um conjunto, ela teria dimensões capazes de serem diferenciadas; e teria, nos recortes espaciais (unidades), uma complexidade crescente. Essas unidades integradas não são a soma de seus componentes; são relativamente homogêneas, permitindo estabelecer um sistema de classificação taxonômica (níveis de hierarquização); são discretas, isto é, podem ser delimitadas; apresentam uma dinâmica, pelos processos de intercâmbio e transformação da matéria e da energia; são dotadas de uma estrutura relacionada com o seu funcionamento, que varia através do tempo; têm seu desenvolvimento próprio, que leva cada unidade a experimentar transformações em sua própria estrutura.

Segundo Haeckel 1834-1919, citado por Rougerie & Beroutchachvili, 1991, graças à popularização da problemática da degradação e da conservação da natureza, já identificada pelos estudos científicos que focalizam as relações da natureza com a(s) sociedade(s) humana(s), ampliam-se os estudos da paisagem com o surgimento de novas formulações conceituais advindas da Ecologia. Nestas, são elaborados os conceitos-chave de sistema (conjunto formado por indivíduos de várias espécies) e de ecossistema (sistema formado por organismos vivos, com um determinado nível de organização), bem como de modelo, que levam todos em conta os referenciais de uma delimitação espacial e temporal em unidades de paisagem.

Nesse sentido, as contribuições postuladas pelos geógrafos e ecólogos buscam conceber os níveis de organização de partes e do todo da superfície terrestre e, por consequência, as ideias de integração e totalidade dos elementos da natureza e a sua inter-relação com as dinâmicas da sociedade humana.

Atividade

Participe do fórum.

Com base no texto cima, troque ideias com o professor e com os colegas sobre o que você entende por paisagem e procure responder à seguinte questão:

Você pensa que podemos conceber a existência de paisagem natural e de paisagem antrópica, quando consideramos a intervenção humana no planeta, atualmente?

1.2 Roteiro metodológico para realizar a leitura da paisagem

Agora que você já leu e discutiu sobre o conceito de paisagem, propomos um roteiro metodológico para que você possa realizar a leitura da paisagem que está no seu entorno e no entorno da sua localidade. Quanto ao método de análise da paisagem, podemos adotar três possibilidades de encaminhamento dessa análise: a **descritiva**, a **sistêmica** e a **perceptiva** (BERQUE, 1995, VERDUM et al., 2007).

A análise **descritiva** da paisagem tem como base a descrição; para a apreensão da paisagem, seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas. Assim, a análise estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, à morfologia da paisagem.

A análise **sistêmica** da paisagem sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, ou seja, de um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo, pois, uma análise em várias dimensões. O inter-relacionamento e a análise que permitem distinguir os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas, etc. não permitem, no entanto, dominar o conjunto. A complexidade da paisagem está relacionada à sua morfologia, à sua estrutura e à sua funcionalidade, não podendo a análise restringir-se às partes que a compõem.

A análise **perceptiva** da paisagem é concebida como uma marca e uma matriz. Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem enquanto

perceptível; mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. Como matriz, a paisagem participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação, pelas imagens, dessas coisas. Cada um de nós, de acordo com a sua trajetória, a sua consciência e experiência, vê as paisagens de forma pessoal e única. Cada um constrói seus conceitos, que vão se refletir em suas ações e olhares, mas esses olhares são concebidos a partir de uma matriz cultural, do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana.

Para podermos conceituar os indicadores de percepção da paisagem, propomos a seguinte questão geral:

Como reconhecer os elementos que estruturam uma paisagem, e como entender a relação destes com novos elementos que a ela são integrados nas escalas espacial e temporal?

Para responder a esta questão, é preciso ter em mente que caracterizar um espaço geográfico qualquer a partir da análise da paisagem pressupõem que se possa caracterizar esse espaço pela utilização de um referencial que auxilie na compreensão das diferentes Unidades de Paisagem (UP) que a compõem (VERDUM et al., 2006). As diferenciações entre as UP estão baseadas, essencialmente, em quatro critérios: a forma, a função, a estrutura e a dinâmica.

A **forma** é o aspecto visível de uma determinada paisagem, referenciado por elementos que podem ser facilmente reconhecidos em campo, por meio de registros fotográficos e de produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença de água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras. As diferenças das formas dos elementos da paisagem dependem tanto de suas dinâmicas quanto de sua função, ou seja, de sua apropriação e uso social.

Sendo assim, a **função** pode ser compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que são materializadas

nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas, atividades mineradoras e outras) e que também são reconhecidas em campo tanto pelos produtos do sensoriamento remoto quanto pelas diferenças que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem em que não ocorrem as diversas formas criadas socialmente.

A **estrutura** é outro critério que não pode ser dissociado da forma e da função. Ela é reconhecida como sendo a que contém os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, a estrutura revela a natureza social e econômica dos espaços construídos e, de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais.

A **dinâmica** é a ação contínua que se desenvolve, gerando diferenças entre as UP no que se refere aos resultados dessas dinâmicas, ao longo do tempo, na sua continuidade e na sua mudança. O tempo (geológico e histórico) demarca o movimento do passado ao presente e o deste em direção ao futuro da paisagem. Nesse caso, as dinâmicas de cada UP revelam à sociedade significados que podem ser reconhecidos pelas formas e que podem ser pensados em termos de intervenções que já foram realizadas, bem como daquelas que serão propostas. É fundamental o reconhecimento das diversas dinâmicas em cada uma das UP e da maneira com que estas estão diretamente interconectadas.

Para alcançar os objetivos da leitura da paisagem, propomos uma metodologia a partir de dois níveis de análise:

- o da observação e da diferenciação da paisagem;
- o da escala temporal.

No nível da **observação** e da **diferenciação** da paisagem, deve-se considerar a subjetividade, que pode ser tanto individual quanto coletiva, de acordo com o referencial cultural de determinada comunidade. A observação e a diferenciação espacial da forma e da estrutura podem ser reconhecidas por elementos distintos da paisagem, tais como o relevo, a cobertura vegetal,

a disposição das rochas, dos solos, dos cursos e corpos d'água, etc.

A apropriação e o uso da paisagem, isto é, a sua funcionalidade pode ser observada e distinguida através das transformações devidas ao trabalho e às técnicas utilizadas; a paisagem, portanto, é também um produto social.

Com base nesses níveis de análise, pode-se concluir que a concepção de paisagem assume significados distintos, ou seja, têm-se padrões paisagísticos locais e identidades locais.

No nível da **escala temporal**, é preciso considerar a noção de dois tempos distintos: o geológico e o histórico. Em relação ao tempo histórico, tomamos como referência que uma paisagem passa a ser incorporada e a fazer parte da identidade individual e coletiva após cerca de 25 anos, ou seja, no espaço de uma geração.

Para a avaliação sensorial e o estabelecimento dos indicadores visuais na análise da paisagem, propomos as seguintes etapas metodológicas:

– analisar a paisagem na sua globalidade ou através da sua decomposição em unidades definidas por limites naturais como uma planície, uma coxilha, um cerro, uma serra, um vale, uma encosta, um topo, uma floresta, um banhado, etc. Sugerimos uma avaliação global da paisagem (primeira impressão) e/ou dos elementos individualizados e atrativos para as pessoas a partir das suas experiências vividas.

– identificar, entre esses elementos da paisagem, aqueles que são marcantes, referenciais e valorizados, que realmente determinam a reação estética. Devemos levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.

– reconhecer que esses elementos evoluem ou se modificam com o tempo.

Esse método permite elaborar a expressão cartográfica das representações mentais da paisagem percebida nos locais de análise, onde constam os elementos da paisagem passíveis de serem identificados como sendo de referência individual e/ou coletiva.

Propomos, para o desenvolvimento do método, realizar o levantamento das paisagens de interesse estético e de patrimônio histórico, assim como elaborar uma reflexão sobre a possível paisagem do futuro, dando uma ideia da dimensão escalar de novos elementos que poderão ser inseridos e que não são (re)conhecidos pela maioria das pessoas. Podemos prever mudanças na forma da paisagem, na sua funcionalidade e, também, nas propostas de medidas e cuidados a serem tomados quando de futuras transformações.

Para a realização das entrevistas a serem feitas com o instrumento de pesquisa da percepção da paisagem e das restrições e potencialidades locais/regionais, propomos o seguinte roteiro:

– o público-alvo a ser entrevistado será constituído de residentes do meio rural e urbano, preferencialmente produtores rurais, educadores, técnicos agrícolas, comerciantes, administradores e técnicos de órgãos públicos; mas também de forasteiros, isto é, de pessoas que transitam pela(s) área(s) de interesse, tais como turistas e representantes comerciais e de serviços;

– a análise da paisagem será realizada não só na sua globalidade, de acordo com a visão geral que os entrevistados têm do que é paisagem e pela forma como a descrevem, mas também pela decomposição de elementos da paisagem, destacando os que lhes servem de referência

a partir das suas experiências vividas e os que privilegiam seu grau de satisfação;

– para qualificar as paisagens ou os seus elementos de referência, segundo a percepção dos entrevistados, sugerimos a adoção de uma escala que varie de 1 a 5, na qual o menor valor corresponde às paisagens menos importantes e o maior valor àquelas de maior importância para eles;

– sabendo-se que as paisagens se modificam com o tempo, propomos como atividade relevante, resgatar, por meio das entrevistas, as paisagens do passado, reconhecer as do presente e projetar as que se podem prever para o futuro.

Finalizando, vale enfatizar que estudar a relação entre natureza e sociedade tendo como categoria de análise a paisagem é extremamente proveitoso, pois é através da paisagem que se pode compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento. Ela é resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. A paisagem mostra a história da comunidade de um determinado lugar e merece sempre ser discutida e registrada.

1.3 Objetos de aprendizagem

A título de exemplo, são apresentados abaixo, nas figuras 1 e 2, dois registros fotográficos. Procederemos à **leitura da paisagem desses objetos de aprendizagem, isto é**, à descrição dos potenciais e das restrições do meio associados às diferenciações espaciais observadas nas imagens. Observe primeiramente as fotos na sua globalidade; a seguir, um a um os elementos que compõem as paisagens.



Figura 1 – Leitura da Paisagem – Estabelecimento rural no município de Dom Pedrito – Rio Grande do Sul.

Fotografia de Luiz Fernando Fontoura, 2007.

Se avaliarmos as **formas** existentes na paisagem da figura 1, distinguiremos três grandes unidades de relevo: (A) o planalto, (B) o fundo de vale e (C) coxilhas (colinas). Passamos a descrever essas unidades.

A – Compartimento do relevo de planalto, caracterizado por uma superfície de cimeira (topo), com cotas altimétricas semelhantes que identificam uma superfície de erosão.

B – Fundo de vale, entre relevos de coxilhas (colinas de forma arredondada).

C – Relevo de coxilha, com segmento do topo (convexo) ao fundo do vale plano, onde se encontra um corpo d'água artificial, não havendo afloramento de rocha visível, o que demonstra a existência de solos relativamente espessos.

Se avaliarmos as diferentes **funções** relativas às atividades humanas presentes na paisagem, distinguiremos oito tipos, descritos a seguir.

1 – Pastagem artificial (trevo) para alimentação, visando ao crescimento acelerado do rebanho, o que aumenta a precocidade do animal ou diminui o tempo de espera pelo seu abate.

2 – Campo nativo melhorado, que pode ser identificado a partir da homogeneidade da cobertura vegetal e que corresponde ao pousio de uma parcela de lavoura utilizada com o sistema de irrigação conhecido como pivô.

3a – Rebanho equino (cavalo crioulo), utilizado para locomoção e trabalhos no estabelecimento rural ou comercializado para usos diversos (reprodução, competição, etc.).

3b – Rebanho bovino (*polled hereford*), utilizado para produção de carne (proteína animal) para consumo humano, reprodução genética, competição, etc. A padronização da pelagem dos rebanhos indica um refinamento genético.

4 – Sistema de irrigação artificial (pivô) de lavoura comercial.

5 – Capão de mato com função de base energética (produção de lenha), sombra para o rebanho, proteção contra ventos.

6 – Corpo d'água artificial com a função de abastecimento do rebanho.

7 – Postes de luz (eletrificação rural).

8 – Casa funcional, que não é a residência principal do estabelecimento rural.

Se avaliarmos os diferentes **processos** ou **dinâmicas** na paisagem, identificaremos, na porção mais deprimida da vertente correspondente ao número 9, os processos erosivos (ravinas: sulcos de escoamento hídrico concentrado) que condicionam o escoamento hídrico para o corpo d'água, identificado pelo número 6.

Podemos afirmar que, neste estabelecimento rural, as funções de exploração agrícola são potencializadas. Ele está inserido em uma economia especializada que serve aos interesses de um mercado global, através da utilização de recursos técnicos. Quanto à **estrutura**, o parcelamento da terra sugere um estabelecimento de exploração comercial que homogeneiza e artificializa o meio, visando à produção agrícola de interesse mercantil.

Leitura da Paisagem - Estabelecimento Rural no Município de Pinheiro Machado - RS



Figura 2 – Leitura da Paisagem
Estabelecimento rural no município de pinheiro Machado – Rio Grande do Sul.
Fotografia de Roberto Verdum, 2006.

Se avaliarmos as **formas** existentes na paisagem da figura 2, distinguiremos três grandes unidades de relevo: (A) o planalto, (B) o fundo de vale e (C) coxilhas (colinas). Passamos a descrever essas unidades.

A – Compartimento do relevo de planalto, caracterizado por uma superfície de cimeira (topo), com cotas altimétricas semelhantes que identificam uma superfície de erosão.

B – Fundo de vale, entre relevos de coxilhas (colinas de forma arredondada).

C – Relevo de coxilha (topo da colina), com um segmento convexo (com afloramento de rocha e solos rasos, número 4) e outro côncavo (solos mais profundos e úmidos, número 6).

Se avaliarmos as diferentes **funções** relativas às atividades humanas presentes na paisagem, distinguiremos nove tipos, descritos a seguir.

1 – Capão de eucalipto com função de base energética (produção de lenha), matéria-prima para cercas, sombra para o rebanho, proteção contra ventos.

2 – Parcela do terreno utilizada para a atividade pecuária bovina (pastagem de campo nativo).

3 – Parcela de campo em pousio.

4 – Rocha utilizada como matéria-prima para construção civil (casas, moirões, etc.).

5 – Capoeira, parcela em pousio já com recomposição de diversos estratos vegetais – herbáceo, arbustivo e arbóreo –, que serve de abrigo para a vida silvestre, a caça e a extração vegetal.

6 – Parcela de pastagem artificial ou lavoura.

7 – Parcela de mata nativa com diversas espécies de diferentes estratos vegetais, que serve de abrigo para a vida silvestre, a caça e a extração vegetal.

8 – Parcela de lavoura de milho para abastecimento do estabelecimento rural e comercialização de excedente.

10 – Fonte de água (olho d'água, nascente), abastecimento do rebanho, irrigação e consumo humano.

Se avaliarmos os diferentes **processos** ou **dinâmicas** na paisagem, identificaremos no número 9 os processos geológicos registrados no afloramento granítico (falhas e erosão na forma de canais).

Podemos afirmar que este estabelecimento rural, mesmo com uma diversidade potencial de funções, deve encontrar dificuldades de inserção em uma economia mais especializada e direcionada ao mercado global, devido às restrições do meio e dos recursos técnicos para o produtor. Quanto à **estrutura**, o parcelamento da terra sugere um estabelecimento de exploração familiar que visa o auto-abastecimento, com pequena produção de excedente e comercialização local/regional. Os solos rasos e pedregosos, observáveis na figura, condicionam a existência de parcelas que estão sendo utilizadas para os cultivos e de outras que estão em pousio, num sistema reconhecido como de rotação de cultivos.

Atividade

Com base nos dois exemplos apresentados, propomos que você saia a campo para realizar um registro fotográfico da paisagem rural de sua

localidade e que faça a leitura dessa paisagem. Descreva as formas, as funções, as estruturas e os processos, associados aos potenciais e às restrições do meio.

1.4 Diversidades regionais identificadas através da leitura da paisagem

Para que você possa dar início ao reconhecimento das diferentes maneiras de dividir o espaço territorial do Rio Grande do Sul em unidades de paisagem, propomos a leitura do texto a seguir, que trata deste tema.

Ao buscar referências sobre divisões regionais da paisagem do Rio Grande do Sul, verificamos que, dependendo dos critérios ou dos parâmetros adotados, há diferentes posições quanto ao número e aos limites das unidades de paisagem. Assim, Suertegaray e Guasselli (2004), por exemplo, ao buscarem identificar as paisagens deste estado, definem sua concepção de paisagem como não sendo apenas a forma, porém “o resultado de processos não visíveis, mas possíveis de serem inferidos”.

Os autores adotam como conceito de referência a paisagem enquanto materialização de processos sociais; e, na hipótese de se tratar de imagens de satélite, fazem com que o leitor se aproxime da realidade por meio de sua representação, levando em conta elementos da realidade para criar sua composição, como no caso das imagens da energia refletida pelos objetos e captada pelos sensores.

Para a identificação e a delimitação das diferentes paisagens, esses autores adotaram como suporte principal as técnicas de sensoriamento remoto e de geoprocessamento, o que lhes possibilitou elaborar o mosaico de imagens do satélite *Landsat* TM 5 e TM 7, nas quais se leva em conta o uso do solo e a cobertura vegetal do estado. Esse mosaico, combinado com os compartimentos de relevo definidos na obra intitulada *Radambrasil* (IBGE, 1986), resulta na identificação das grandes unidades de paisagem do Rio Grande do Sul, tais como constam na figura 3, abaixo. Essas unidades são denominadas: Planalto Meridional, Cuesta do Haedo, Depressão Central,

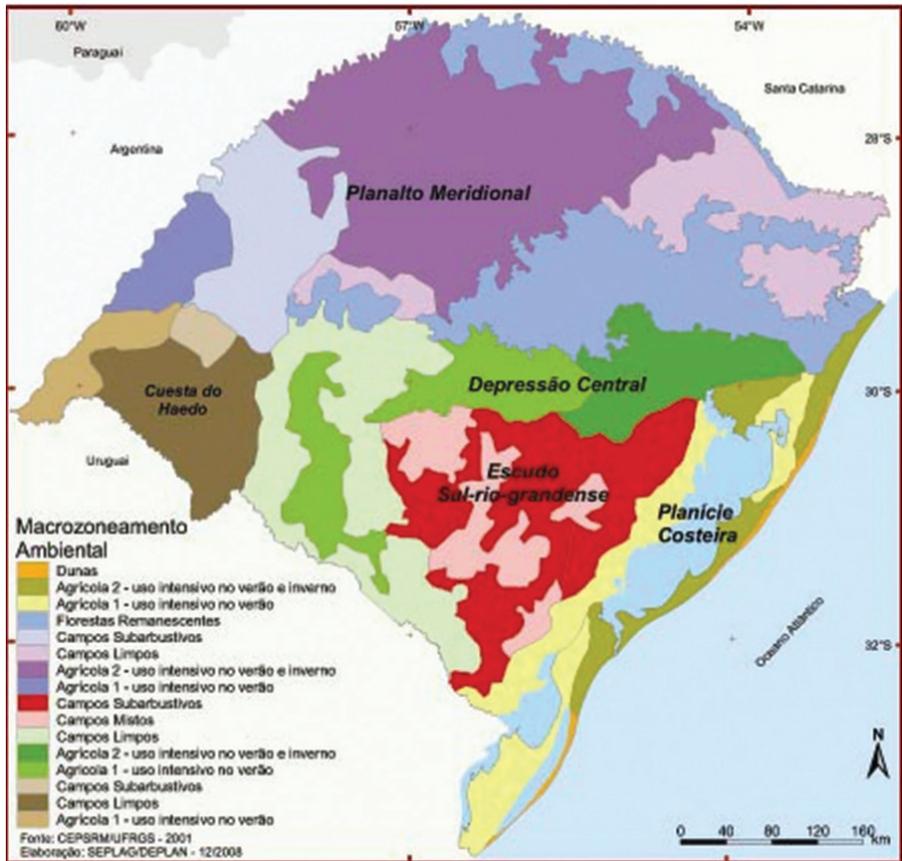


Figura 3 – Macrozoneamento ambiental do Rio Grande do Sul.
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

A partir das respostas espectrais do uso do solo e da cobertura vegetal obtidas pelas imagens de satélite, podemos dividir essas cinco grandes unidades de paisagem em 13 subunidades:

- o Planalto Meridional é dividido em:

Florestal, Campos de Cima da Serra e Agrícola (principalmente trigo e soja);

– a Cuesta do Haedo é dividida em: Campos Limpos, Campos Sujos e Agrícola (principalmente arroz);

– a Depressão Central é dividida em: Campos da Depressão Central e Agrícola (principalmente arroz);

– o Escudo Sul-Rio-Grandense é dividido em: Campos do Sudeste e Campos Mistos;

– a Planície Costeira é dividida em: Campos Litorâneos, Dunas e Agrícola (principalmente arroz).

A partir desta proposta de diferenciação das paisagens do estado, os autores procuram demonstrar que as transformações sociais e econômicas ocorridas no decorrer do tempo e captadas pelos sensores espaciais rompem com a visão simplificada da divisão clássica do estado gaúcho em paisagem agrícola do norte e paisagem pastoril do sul. O que se verifica é uma “mescla de paisagens”, identificada pela existência de um mosaico bastante diverso em termos de sua composição. As transformações revelam-se pela expansão de certos cultivos em áreas antes reservadas à atividade pastoril, bem como pela expansão de um conjunto de áreas urbanas num espaço anteriormente definido como rural. Assim, segundo esses autores, esse mosaico, que constitui um conjunto de paisagens distintas, permite afirmar que se trata de um “registro no espaço de processos temporais que se acumulam em diferentes feições”, e que as novas tecnologias permitem um acompanhamento dessa dinâmica de ocupação e uso do espaço, bem como a geração de novas paisagens.

Chomenko (2008), ao avaliar os aspectos relacionados com a manutenção da biodiversidade nativa de cada região no Rio Grande do Sul, destaca as divisões regionais que contêm elementos bióticos e recursos naturais que as caracterizam. Em cada unidade espacial, que a autora denomina região, existe uma identidade cultural da população humana que habita esses espaços, identidade essa que constitui um fator fundamental para a existência das comunidades. Nesse sentido, a autora busca avaliar se os modelos de desenvolvimento econômico regional estão “indo ao encontro ou de encontro às formas e visões mundiais de exigências de sustentabilidade econômica, aliada aos aspectos ambientais, culturais e sociais”.

Chomenko observa que a valoração da manutenção da biodiversidade nativa de cada região e dos elementos naturais tem sido um dos objetivos relevantes nos fóruns de discussão mundial. Cada região contém elementos bióticos e recursos naturais que a caracterizam, entre os quais há distintos tipos de associação e cadeias tróficas específicas que constituem uma constante integração.

Hoje, constatamos que se busca ultrapassar o pensamento de que os sistemas humanos são separados dos sistemas naturais, a partir da ampliação da tomada de consciência da população em geral em relação à questão da “qualidade de vida” e da necessidade de planejamento do uso adequado dos recursos naturais. É pela utilização de métodos de avaliação e de análise de aspectos ambientais, pelas metodologias de produção e pela integração entre os aspectos socioeconômicos-ambientais-culturais que se deve efetivar uma nova abordagem das relações entre sociedade e natureza.

Baseada em sua prática profissional a autora observa que, atualmente, em algumas regiões, há “um grande desrespeito com a real vocação regional, desconsiderando-se eventuais resultados positivos que se poderiam obter a partir da diversificação de usos, integrando distintas atividades, criando em muitos casos grandes dificuldades entre os seres humanos e o meio ambiente, pois é muito difícil convencer as comunidades, principalmente as mais pobres ou aquelas que vivem no meio rural e que por vezes lutam pela sobrevivência, de que as mesmas devem preservar seus recursos naturais

locais”.

Podemos dizer que a perda da identidade cultural de determinado grupos humanos é, muitas vezes, associada a conflitos em torno do uso dos recursos para a sustentabilidade dessas populações. Por um lado, temos que compreender as inter-relações ecológicas dos distintos ecossistemas; por outro lado, devemos levar em conta que as atividades que afetam tais ecossistemas devem ser regidas pelo princípio da precaução. Este deve ser aplicado quando não se dispõe de conhecimentos suficientes sobre os possíveis impactos que podem ser gerados a partir das diversas intervenções sociais.

Devido às suas características abióticas, o espaço territorial do Rio Grande do Sul abriga um conjunto de seres vivos que constitui uma biodiversidade muitas vezes rara e única e que, por isso, propicia usos variados. No entanto, esse potencial, em muitos casos, vem sendo desconsiderado, utilizado de forma incorreta e destruído.

Ainda segundo Chomenko, o Rio Grande do Sul é formado por duas grandes regiões, que constituem seus biomas formadores: a metade norte faz parte do bioma Mata Atlântica, que se estende desde o Rio Grande do Sul até o nordeste brasileiro; a metade sul faz parte do bioma Pampa, com ocorrência restrita apenas a este estado no território brasileiro.

Em relação aos usos da terra nessas duas regiões, que podem ser vistas como sendo duas grandes unidades de paisagem, a autora cita a implantação de projetos de silvicultura com espécies exóticas em áreas até agora amplamente utilizadas para a pecuária extensiva. Nos campos nativos da metade sul, verifica-se também mais recentemente, e de maneira ainda incipiente, a chegada de projetos que visam à produção de agrocombustíveis, com cultivos de soja, cana-de-açúcar e milho; projetos esses que poderão, em curto espaço de tempo, conflitar com as demandas de produção de alimentos, dependendo de mercados e preços (combustíveis *versus* alimentos).

Como aspectos associados às novas perspectivas de ocupação e uso das paisagens do estado, a autora destaca os impactos negativos que poderão ser gerados. Assim, por exemplo, as plantações de cana-de-açúcar e de soja

provocariam impactos de poluição aérea e hídrica, devido ao uso de produtos agroquímicos, que causa sua dispersão aérea e o despejo de efluentes nos cursos d'água. Por isso, deveria ser promovida uma ampliação da discussão não só sobre a adoção desses modelos de produção, mas também, e necessariamente, sobre os padrões de consumo, iniciando-se neste caso, pela própria eventual mudança comportamental dos cidadãos.

Finalmente, é importante destacar a implantação de algumas atividades agrícolas que colocam em risco os usos tradicionais e historicamente desenvolvidos, sem que sejam observadas as vocações e as potencialidades locais e regionais. Nesse sentido, é fundamental que possamos reconhecer as paisagens como referenciais de originalidade e identidade social.

No Rio Grande do Sul, onde se desenvolvem usos agrícolas históricos reais e potenciais, compatíveis ou não com a preservação dos ecossistemas e os modelos de exploração econômica, é importante respeitar a legislação ambiental fundamentada em parâmetros científicos. Torna-se cada vez mais necessária a ampliação dos referenciais de hábitos e culturas que se associam a uma paisagem específica, a qual de certa maneira vem sendo descaracterizada e destruída pelos modelos ditos de evolução e desenvolvimento econômico.

Devemos avaliar a participação e as ações, tanto por parte dos gestores públicos quanto dos produtores e da população em geral, no que se refere aos novos modelos de desenvolvimento. Estes são apontados como paradigmas da modernização das formas de produzir, porém devem ser compatíveis com as realidades locais e regionais que são construídas historicamente e reveladas nas **leituras da paisagem**.

Atividade

Você já aprendeu a conceituar o que é paisagem, a construir um método para descrevê-la e analisá-la, bem como a praticar a leitura da paisagem local através do registro fotográfico.

Agora, pesquise em atlas e outras referências bibliográficas que tratem

das propostas de regionalização do estado do Rio Grande do Sul. A seguir, analise as associações e as contradições que possam existir entre a leitura da paisagem local feita por você e as regionalizações propostas para o estado gaúcho.

ANÁLISE DOS LIMITANTES E DAS POTENCIALIDADES DIAGNOSTICADAS

Nesta Unidade, você vai participar da construção de um instrumento de pesquisa – roteiro de perguntas/questionário – que leve em consideração a realidade local, em termos dos limitantes e das potencialidades do desenvolvimento rural. Após a elaboração desse instrumento, ele será aplicado às pessoas da sua localidade que atuam e interferem no desenvolvimento rural local (produtores, técnicos, administradores, empresários, políticos, etc.).

Os objetivos que lhe propomos nesta Unidade são:

- a leitura de textos didáticos na perspectiva do estudo dos limitantes e das potencialidades da paisagem local e da sua relação com a dimensão regional;
- a elaboração de um instrumento de pesquisa junto aos atores locais, explorando as potencialidades e os limitantes para o desenvolvimento rural local;
- a participação no fórum para expor suas ideias e posições sobre os temas tratados e para trocar experiências com os colegas no ambiente da

Para que você possa dar início à consecução desses objetivos, sugerimos a leitura do texto a seguir, sobre a adaptação da sociedade ao meio e a relação entre sociedade e natureza. Este texto apresenta a síntese de um trabalho de Pierre George intitulado “As bases geográficas da Sociologia rural” (In: SZMRECSÁNY & QUEDA, 1979).

2.1 As bases geográficas da Sociologia rural

O estudo geográfico faz com que você parta da observação direta da paisagem, bem como da observação indireta desta, através do exame de mapas, de fotografias aéreas e – tendência mais recente – de imagens de satélites disponíveis no *Google Earth*. A isso soma-se o uso de documentos que caracterizem o tipo de propriedade, de estabelecimento, de residência. Além disso, o tipo de produção, as formas de relação de trabalho, os instrumentos de trabalho, a produtividade e as relações com o comércio, a forma como se dá a relação entre produtores e consumidores tornam-se informações valiosas para o trabalho de pesquisa. Muitas vezes, essas informações se encontram em um passado distante e sua busca vai ocorrer em documentos históricos e entrevistas na comunidade. A sua participação é de suma importância no resgate desse material!

O seu trabalho de campo começa com a identificação da unidade geográfica elementar, ou seja, da menor das coletividades rurais que represente uma unidade de produção, em cuja exploração se encontram membros ligados a um mesmo grupo social. A área de cultivo é a base concreta do que é elementar, isto é, de como o espaço se organiza para a produção agrícola.

À exceção de grandes planícies, uma área de cultivo raramente é homogênea. O solo é um desses fatores principais da produção e do trabalho agrícola. Resultado da desagregação ou decomposição de rochas e da acumulação de matéria orgânica, o solo vai estar disposto de forma

diferenciada em função da combinação de diferentes elementos físicos, como o relevo, o clima e o regime das águas. O relevo determina a repartição dos tipos de condições de trabalho, na planície ou no planalto, em vertentes mais ou menos estáveis, e a necessidade de drenagem ou de uma utilização sazonal. Os diferentes tipos de solo vão originar diferentes tipos de utilização.

O elemento clima vai influenciar em duas escalas diferentes, uma numa dimensão maior, ou regional, e outra numa dimensão menor, ou local. A posição de uma vertente pode expô-la a uma insolação maior ou menor e influenciar sobre a produção, bem como sobre a formação de geadas, a formação de neblinas, entre outros fatores, o que caracteriza variações locais do clima. Tanto na produção quanto na moradia rural, o clima pode influenciar no que diz respeito à distribuição ou à disposição e arranjo dos lotes cultivados e moradias.

A distribuição das águas, a regularidade ou não da ocorrência de precipitações, o regime e os cursos dos rios – se estes atravessam os estabelecimentos ou se se distanciam deles – vêm a ter uma importância muitas vezes decisiva na organização e diferenciação da paisagem rural. O rio, como o riacho, o poço e o charco são pontos de fixação de múltiplas atividades, geradoras de contatos sociais.

Quando você estiver em campo, poderá observar que os fatores físicos são mais estáveis, de forma que a individualização bem como a organização resultante de uma área de cultivo e sua comunidade representam uma situação de equilíbrio entre os fatores físicos e a coletividade humana, representando sempre uma época, um tempo da coletividade e de suas potencialidades. Por isso mesmo, no plano histórico, os progressos ou retrocessos da coletividade demonstram diferentes possibilidades e graus de sua inserção em uma sociedade global.

No que toca às relações econômicas e sociais, a forma de apropriação do solo, coletiva ou parcial, constitui-se na forma da propriedade privada. A natureza da ocupação é um fator relevante, pois dela derivam muitas vezes a natureza do trabalho, o agrupamento residencial, a estrutura social, o tamanho dos estabelecimentos, as áreas comuns e privativas, o menor

ou maior número de proprietários. Isso com frequência determina o aglutinamento dos estabelecimentos ou seu fracionamento. Aspectos qualitativos, como a situação profissional e social, ou seja, se são pequenos ou grandes proprietários, se residem no estabelecimento ou na cidade, se são oriundos de famílias ligadas à atividade agrícola ou a outras atividades urbanas, como profissionais liberais, comerciantes, entre outros, são dados básicos para a caracterização da população rural.

O estabelecimento é a unidade de produção. Ele pode confundir-se, ou não, com a propriedade. Estabelecimentos não contíguos de uma mesma propriedade podem dar a ideia de desconcentração de terras, ou seja, de confusão entre pequena propriedade e empresa familiar, e entre esta e a figura do empresário. Nesse sentido, deve-se levar em conta a possibilidade do aparecimento do arrendatário, que se situa entre o proprietário e o empresário. Em regiões de menor fracionamento, é mais comum o aparecimento da forma de aluguel da terra por pessoas de fora da região. A parceria (divisão em produto) é mais comum em áreas mais parceladas, com produtos menos rentáveis e entre produtores desprovidos de fundos.

Você sabe a diferença entre proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante?

Confira no Glossário.

O sistema de cultivo é formado pela combinação das culturas e formas de criação, dos métodos e técnicas utilizados e do funcionamento econômico e contábil da empresa ou unidade de produção. A alternância de cultivos com a atividade pecuária, da rotação de terras com o pousio, sucedendo-se com cultivos para o melhor aproveitamento pedológico, resulta em um desgaste menor do solo e contribui para a sua recuperação. Já os cultivos chamados intensivos, com a repetição de culturas e a adubação química, têm levado ao equívoco de limitar a eficácia dos fatores de produção apenas ao critério da produtividade.

A escolha dos elementos do sistema de cultivo obedece a três diferentes

critérios, que você deve levar em conta na observação de campo:

- uma policultura que garanta o mínimo de renda, visto que a monocultura expõe o agricultor ao risco de ver uma intempérie destruir uma cultura única, a exemplo, principalmente, dos casos das regiões de transição climática;
- a busca de culturas que atendam às necessidades de consumo do grupo familiar;
- a busca de culturas que tenham o maior retorno financeiro na economia de mercado.

A combinação de culturas pode variar segundo os fatores naturais e as técnicas adotadas pelo grupo social e de acordo com sua forma de inserção na economia de mercado, sujeita à conjuntura deste e dos preços dos produtos. As dimensões dos estabelecimentos também vão variar, para maior ou para menor, segundo a combinação do ritmo com a quantidade de trabalho necessário para uma combinação entre diferentes sistemas.

Os sistemas de cultivo configuram uma forma de produzir. Existem os que requerem pouca instrumentalização, poucas ferramentas e muito trabalho humano, em contraste com aqueles que exigem mecanização e que reduzem a quantidade de trabalho humano. Essa oposição encobre, por vezes, uma diferenciação de desenvolvimento regional, outras vezes, dentro de uma mesma região, uma diferenciação dimensional dos estabelecimentos. Enquanto o trabalho mais técnico permite uma economia de tempo e uma maior produtividade, a produção com a posse de material de produção moderno está associada à prática de métodos científicos e racionais de cultivo, o que resulta em produtividade. Mas esse sistema requer um nível mínimo de investimento e condições de trabalho nem sempre viáveis para a transformação técnica do estabelecimento, o que impõe ao produtor dificuldades na sua implantação.

Quando ocorrem simultaneamente os dois sistemas de cultivo, o tradicional e o moderno, isso demonstra que ocorrem dois tipos de sociedade rural, que tendem a se diferenciar cada vez mais por suas diferenças de rentabilidade. Essa oposição nas condições de produção favorece o êxodo dos pequenos empresários e assalariados, em favor da concentração dos grandes estabelecimentos e propriedades.

Pode chamar sua atenção o fato de que um estabelecimento tradicional e outro moderno não têm o mesmo tipo de gestão financeira. Você poderá distingui-los mediante a observação do investimento em maquinaria, motorização, serviços técnicos especializados, seleção de sementes ou genética de reprodutores, adubação química, fatores de modernização que vêm a substituir a combinação de culturas, na qual o principal fator de produção é o trabalho familiar, com contabilidade menos complexa e menor necessidade de previsão econômica na aplicação dos recursos financeiros. Para o chefe da empresa agrícola moderna, a rentabilidade dos capitais investidos parece ser a sua noção fundamental.

Esse conjunto de objetos organizados em função das relações de trabalho dá ao território diferentes formas de organização. A *paisagem rural* vem a ser a fisionomia do conjunto que depende da morfologia e da estrutura agrária, ou seja, a forma, o tamanho e a divisão das parcelas dos estabelecimentos, bem como os tipos de cultivos predominantes. O *habitat* é o modo do agrupamento da população, sendo um elemento participante da paisagem rural. O *habitat* representa a base da vida social e da forma como ela se reproduz, se concentrada (casas próximas) ou dispersa (casas afastadas), caracterizando o tipo de aldeia, isolando ou aproximando a comunidade. Isso afeta a vida social, a organização da religião, as festas, a política, etc.

As formas contemporâneas da economia e da vida social têm gerado discordância com muitas formas agrícolas e rurais construídas no passado. Daí resultam rupturas que geram crises nas formas existentes, transformando-as em novas formas, mais bem adaptadas. Terão maior longevidade aquelas que forem sensíveis às variações e à evolução da sociedade atual no que concerne aos aspectos econômicos, ideológicos e sociais, para poderem

superar as contradições geradas pelos novos modos de vida. A persistência de velhas formas representa um fator de retardamento da recente evolução. Ao contrário, a inserção em novos moldes transforma a sociedade, a curto ou a longo prazo, rompendo com moldes.

Atividade:

Com base na atividade da primeira Unidade, propomos que você averigüe, a partir dos registros fotográficos que você fez, que tipos de sociedades rurais podem ser identificados em sua localidade, e se predominam as sociedades tradicionais ou as modernas.

Fórum: Identifique e debata com os demais colegas os fatores limitantes e as potencialidades de sua localidade.

A CONEXÃO ESPACIAL: ENTRE O LOCAL E O REGIONAL

Nesta Unidade, vamos tratar a temática regional no sentido de desenvolver tipologias regionais que associem os sistemas de produção com as unidades de paisagem, e finalizar com a construção de um mapa que sintetize a problemática apresentada.

Os objetivos que lhe propomos nesta Unidade são intrumentá-lo para:

- identificar tipologias regionais que associem os sistemas de produção com as unidades de paisagem;

- construir um mapa que esquematize o tema da problemática desenvolvida.

Para que você possa dar início ao desenvolvimento desses objetivos, sugerimos a leitura dos textos a seguir: o primeiro, sobre a construção do conceito de região como base de diferenciação para se chegar a uma proposta de tipologia; e o segundo, sobre as bases da diferenciação regional promovida pela modernização.

3.1 A região como conceito-base de diferenciação

Estamos vivendo um tempo em que a comunicação e a visualização das coisas ganharam uma dimensão mundial, quase instantânea e absoluta. Um modo de vida urbano e uma mistura de culturas se espalham sobre quase todos os lugares do planeta. Isso nos dá a sensação de pertencimento a um mundo globalizado. Na contramão dessa via unificadora de costumes e práticas humanas, revela-se uma necessidade de diferenciação e, com isso, ganham importância as coisas da região, de cada lugar.

Em vista disso, a pertinência da questão regional adquire na atualidade nova força, tanto no debate acadêmico quanto na vida cotidiana. A corrente de transformação das novas formas de produção e circulação de tecnologias, de novas formas de comunicação e de novas mercadorias promove outras tantas fragmentações e diferenciações que chamam a nossa atenção para novas e singulares formas de inserção no mundo globalizado. Uma tal diversidade está na origem da regionalização e supõe novas escalas em que se possa manifestar essa diversidade.

A mídia, a política, os produtos de circulação mundial procuram valores locais como forma de se inserir dentro de uma comunidade por meio da construção de uma identidade que se confunda com a local. Dessa maneira, buscam uma aceitação dentro da comunidade, uma aprovação *a priori*.

Acompanhando a história do pensamento geográfico, você constatará que esta aponta para pelo menos três fases da construção do conceito de região, como aponta Haesbert (2005). Em uma primeira fase, concebe-se a região orientada no sentido de um determinismo físico-natural que tem por base a valorização de unidades fisiográficas, como, por exemplo, a delimitação territorial, que leva em consideração como elemento determinante o clima, ou o relevo, ou a base geológica, ou a hidrografia, e assim por diante.

Em uma segunda fase, observamos uma mistura da base moldada pelos fatores naturais com o resultado da intervenção humana sobre o meio, na medida em que esta vai construindo uma paisagem homogênea. Aliás, para Paul Vidal de La Blache, um dos criadores da Geografia Humana,

este resultado na paisagem deveria justamente estar no centro dos estudos geográficos.

Em uma terceira fase, vemos a introdução da variável econômica e a criação da região funcional no momento da expansão industrial e a consequente necessidade de uma logística integrada para a reprodução do capital territorializado mundialmente. Neste momento de disputa pós-colonial dos mercados mundiais, a Natureza era considerada, na linguagem econômica e geográfica, como um recurso, sem conotação de finitude ou de renovabilidade; ou seja, contrariamente à concepção atual, algumas escolas de economia desenvolvimentistas consideravam os recursos naturais infinitos. A região foi transformada em modelo prático para os objetivos teóricos do observador e foi substituída pela classe de área, um tipo ideal de região, mais operacional, sem a inclusão da totalidade dos fatores naturais ou sociais. Esta teoria, desenvolvida por Alfred Hettner na Alemanha e, posteriormente, por Richard Hartshorne nos Estados Unidos, foi a base da chamada *New Geography*, paradigma dos planos diretores e das organizações regionais, onde interessava não apenas localizar e diferenciar, mas determinar como e em que grau se verificavam as diferenças, e que relações nelas estavam expressas.

Nessas três fases desenvolveram-se, pois, as ideias norteadoras do que é uma região. A seguir, Haesbert (2005) sugere que ocorreram as três mortes da região, bem como as suas ressurreições. É o que veremos a seguir.

A primeira morte é da Geografia clássica, ou da região possibilista, da escola lablachiana ou francesa, em parte naturalista e em parte social e cultural, que é substituída, nas décadas de 1950-1960, pela *New Geography*, de cunho neopositivista com base em modelos quantitativos e estatísticos. Em meados dos anos 1970, a Geografia de cunho marxista substitui a anterior, quando a região passa a ser considerada um conceito obstáculo, nas palavras de Yves Lacoste; ou seja, a região não pode apenas ser pensada em seu sentido estrito, mas deve ser entendida como composta por processos sociais. A terceira e última morte da região remonta à última década do século XX, quando as versões de um mundo global ou pós-moderno trazem consigo um processo homogeneizador que propõe novas formas

de organização territorial, com novas relações entre o local e o global em diferentes níveis de escala.

Observe a diferença:

A escola determinista, ou o determinismo geográfico, tem por base um princípio desenvolvido por Friedrich Ratzel (1844-1904), segundo o qual as formas com que se apresentam os fatores naturais tais como relevo, clima, vegetação e hidrografia, agem diretamente sobre a constituição social da sociedade e do ser humano. Com base na teoria evolucionista de Darwin, entendia aquele autor ser natural o avanço de uma sociedade sobre outra na busca da sobrevivência, o que, de certa forma, justifica a teoria da superioridade de uma raça sobre outra e naturaliza o processo. Paul Vidal de La Blache (1845-1918) relativizou o pensamento determinista de Ratzel, criando a escola possibilista, que considera que a sociedade, segundo o seu grau de desenvolvimento cultural, vai se adaptar ao meio natural, onde existem diferentes possibilidades de se desenvolver um gênero de vida. Assim, diferentes meios produziriam diferentes gêneros de vida. A La Blache deve-se também a tradição geográfica do estudo das paisagens, base dos estudos regionais.

De qualquer forma, o que sobrevive sempre no conceito de região são algumas características evidenciadas por Haesbert (1999), comuns em La Blache e Hartshorne, tais como a importância dada ao específico e ao singular, bem como ao estudo integrador ou de síntese. Quanto ao primeiro, o que para La Blache é a personalidade da paisagem e para Hartshorne é a diferenciação de áreas encerra uma particularidade passível de ser comparada com outra, por sua vez diferente. Os autores chamam a atenção para a existência de uma coerência/coesão interna na região como uma característica também única, a exemplo das características físicas e humanas. Para esses autores, a região é contínua, não há fragmentação. As regiões existem na medida em que têm uma temporalidade, uma existência, uma estabilidade.

Outra dimensão importante da região é, sem dúvida, a de servir como

ferramenta de trabalho para políticos, militares e planejadores em geral, visto o caráter instrumental diferenciador que possibilita sua utilização. A regionalização constitui um meio de divisão territorial visando a diferentes formas de intervenção.

A regionalização possibilita não somente a produção de particularidades nas suas diferenças de grau, vinculando espaços a diferentes escalas, mas também a produção de especificidades, singularidades, diferenças de natureza. Nesse sentido, a região ganha sua coerência interna. Em um mundo homogeneizador como o de hoje, mas, ao mesmo tempo, fragmentado, encontrar uma diferenciação coerente nos lugares significa encontrar a chave da inserção ou da exclusão de camadas sociais neste mundo globalizado.

Ao lado da globalização e da fragmentação está o resultado desta mesma lógica: a ideia que temos de global e de local. A globalização só existe se houver uma manifestação do que é a globalização nos lugares. Ou seja, a globalização seria um mero exercício de abstração, não fosse sua realização nos lugares. Pessoas, inclusive você, sentem-se parte integrante, ou não do mundo globalizado. É a sua existência de fato ou a sua possibilidade de existência que garante a sua reprodução. Dessa forma, a relação global-local se dá juntamente com a ideia de inserção ou exclusão dessa relação. A própria ideia de resistência à globalização é uma forma de sua manifestação. Sou contra a globalização!

A globalização pode ser constituída de suas redes informacionais ou financeiras, como pode ser percebida em comportamentos ou práticas cotidianas as mais variadas, como a culinária, o vestuário, o ritmo de vida, a racionalidade; ou seja, em diversos circuitos da vida.

É importante, neste momento, que você distinga o local, concebido como uma escala de relação cartográfica, ou matemática, ou de tamanho para o sentido da análise do lugar, que traz contido em si uma dimensão socioespacial específica. O lugar pode ser pequeno ou grande, independentemente de sua análise ser local em relação cartográfica (escala). No local, tem-se uma visualização das relações em um detalhamento maior que em uma escala global. No lugar, ocorrem as relações de cada dia, as

alianças de classe, as estratégias dos grupos sociais, as territorialidades cotidianas.

Na relação entre o global e o local, este é permanentemente atravessado por aquele pela via da informação técnico-informacional que anula ou diminui as distâncias físicas. Isso possibilita o conhecimento e a troca de experiências de populações distantes uma das outras. Se, por um lado, a globalização produz um território mais homogêneo no sentido econômico e político-administrativo, por exemplo, por outro lado, o novo papel do Estado também produz uma diversidade territorial tanto no sentido da inclusão como no da exclusão.

No sentido da inclusão, sobrepõe-se uma nova divisão do trabalho, voltada para atender ao processo de fabricação e montagem em um padrão *just-in-time*, estruturado num sistema mundial de uma logística de transporte inteiramente nova, de uma relação de trabalho diferente, com a terceirização da força de trabalho e menor participação do Estado na regulamentação da relação capital-trabalho, o que resulta em uma sociedade dirigida para o consumo.

No sentido da exclusão, grande parte desta população, principalmente nas grandes regiões metropolitanas mundiais, fica de fora da sociedade de consumo ou mesmo das relações de trabalho formais. Daí resultam formas espaciais periféricas e relações de trabalho informais e temporárias. Mas simultaneamente se desenvolvem formas de comunicação e redes de solidariedade bastante particulares.

Você sabia que...

A globalização é a fase atual do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde se somam novas formas de produção e de transporte. Na produção, as mudanças são conhecidas como o *just-in-time*, ou seja, os produtos, ou suas partes, são produzidos, montados e vendidos o mais rapidamente possível, dando retorno imediato do capital investido. Para isso, a logística do transporte teve que ser alterada no sentido da eficiência e rapidez, através dos sistemas de *containers* e da reformulação da navegação e dos portos. Para que tudo funcione, as fronteiras dos países e a gestão do Estado contemporâneo tiveram que flexibilizar a tributação das empresas internacionais para que elas instalem partes da produção em seus territórios. Isso tem provocado mudanças nos regimes de trabalho e, como a terceirização de tarefas, e em muitos casos, gerado desemprego em massa. O consumo de produtos em escala mundial tem levado a uma homogeneização dos hábitos cotidianos, gerando um comportamento em moldes e valores urbanos de uma sociedade de consumo, tendo o elemento visual e a produção de signos como suporte, também chamado de pós-modernidade.

O conceito de região é baseado em um critério *epistemológico* mais rigoroso – ou pelo menos assim deveria ser –, o de que a regionalização pode cumprir o papel de um instrumento de análise mais geral, capaz de ressaltar qualquer diversidade territorial, uma vez que qualquer espaço pode ser objeto de regionalização. Assim, a região não deve ser um simples recorte espacial como definido no senso comum, mas deve fundar-se em um critério mais bem definido. Isso porque o resultado a que se pode chegar será uma decorrência dos pressupostos anteriores que definiram a região. Em outras palavras, o observador chegará ao resultado previamente determinado na base de sustentação daquilo que foi definido como região. Ou seja, a coerência da região, sua coesão interna depende da coerência previamente existente no raciocínio do observador. O que é diferente de uma coerência momentânea para fins de diferenciação-localização.

A esses aspectos que caracterizam e definem a região, soma-se o meio físico que serve de suporte para as ações e organizações humanas. Pois o meio onde se estabelecem e se desenvolvem essas ações tem vantagens e desvantagens comparativas, dependendo do que vai se estabelecer e produzir e do estágio tecnológico em que se encontra a sociedade em questão. Lembre-se das possibilidades a que se referia, acima, La Blache.

Se for verdade que o processo de globalização produz uma homogeneização, principalmente através dos mecanismos econômicos globalizados, também é verdade que na produção-reprodução dessa sociedade globalizada ocorre uma diferenciação de áreas, e a diversificação territorial continua a difundir-se tomando outras formas, às vezes novas, às vezes redefinidas ou refuncionalizadas, pós-modernas. Dessa forma, a coerência e a coesão internas da região são, no presente, mais dinâmicas, muitas vezes funcionais. Na medida em que o grau de artificialização do meio transformado ocorre para melhor cumprir sua função no âmbito da economia, a diversificação da produção não muda o grau de funcionalidade resultante da transformação. Até mesmo a necessária preservação de ambientes passa também a cumprir e a integrar uma funcionalidade harmoniosa com outros ambientes mais transformados. Portanto, você pode produzir diferentes tipos de regionalização: o que vai garantir sua coerência e sua funcionalidade são os critérios que você escolheu.

A região homogênea pode se estabelecer funcionalmente de forma espacialmente contínua, como esta em geral ocorre e como estamos acostumados a visualizá-la nos mapas. A novidade está em que, dado o fato fragmentado e ao mesmo tempo integrador do mundo globalizado, a funcionalidade pode se estabelecer em territórios não contíguos, perdendo a característica anterior. A estratégia da moderna indústria é exatamente esta, produzir onde é mais lucrativo. É comum presenciarmos mudanças estruturais em regiões mais antigas onde a refuncionalização quebra a continuidade espacial e os novos agentes promotores dos mecanismos econômicos globalizados são articulados entre si através de redes. Em recentes estudos na região da Campanha gaúcha, constatou-se que a atividade pecuária extensiva em que se estruturava a sociedade pastoril vem cedendo espaço para outras atividades ligadas a setores agrícolas modernos. São exemplos das novas atividades aquelas desenvolvidas na monocultura

de arroz e de soja e na silvicultura, bem como a integração lavoura-pecuária na bovinocultura; e exemplos pós-modernos a produção em *terroir* da viticultura e de orgânicos da produção familiar e dos assentamentos da Reforma Agrária, bem como a atual preocupação de ambientalistas com o bioma pampa (FONTOURA, 2010, 2012,).

Frente às características do período contemporâneo, chama a atenção o fato de que, se existe uma importância para o resgate do conceito de região, este deve se pautar pelo número de articulações exequíveis com o processo de globalização em desenvolvimento. Para Haesbaert (1999, p. 32), a atualização do conceito de região deve levar em conta:

- o grau de complexidade muito maior na definição dos recortes regionais, atravessados por diversos agentes sociais que atuam em múltiplas escalas;
- a mutabilidade muito mais intensa que altera mais rapidamente a coerência ou a coesão regional;
- a inserção da região em processos concomitantes de globalização e fragmentação.

A região não é apenas uma construção intelectual, mas representa a atividade humana desenvolvida; assim, cumpre identificar os agentes responsáveis pelo processo de diferenciação espacial contemporâneo e que devem ser priorizados.

Portanto, o conceito atualizado de região deve levar em conta a capacidade dos lugares de produzirem agentes que redundem na inserção no mundo moderno; não, porém, na inserção pura e simples em uma reprodução do capitalismo mundial, mas, sim, na produção de uma relação sociedade-natureza que dê conta das necessidades de reprodução de ambas.

Observe quantos produtos de marcas internacionais você tem em sua casa. Compare-os com os produzidos em sua região. Você já havia percebido antes o que constata agora?

3.2 A diferenciação regional e a implementação da modernização da agricultura

Para entender a diferenciação regional e a modernização da agricultura, é importante ter em mente que o processo de mecanização da produção agrícola vai se dar sobre a paisagem deixada pela atividade agrária, com algumas características particulares, tais como:

- o meio físico, mesmo modificado pelo homem, ainda influencia a vida agrícola, sendo um pré-requisito para a modernização;
- a atividade agrícola é espacialmente difusa, ao contrário da atividade industrial urbana;
- fenômenos em escala mundial, como a revolução industrial, as crises econômicas e a globalização, chegam ao campo.

Estudar o espaço rural é entender a interdependência entre esses elementos influenciados pelas condições locais e mundiais.

Pode-se usar a noção de modo de vida, descrita no texto anterior, modificando-a, substituindo-a por uma noção definida como conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência. Atividades como a pesca, a caça, a colheita integram um certo número de elementos, como instrumentos (tipo de charrua, rede), processos (colheita, queimada), e elementos sociais, como os laços que unem uma comunidade

de trabalho. De qualquer forma, os modos de vida espelham formas de adaptação humana ao meio em diferentes cantos do planeta.

A Geografia francesa após La Blache produziu um roteiro de Geografia Humana e Agrária que serviu num momento em que as regiões agrícolas se encontravam bastante autônomas e diversificadas, e resultou por isso, em Grandes Esquemas Agrários “fotografados” e descritos nas diferentes zonas climato-botânicas do planeta.

Com as especializações e integrações regionais provocadas pela globalização, pelos fluxos de mão-de-obra e pela diversificação do capital, em que o rural difere do urbano? Quais são os limites impostos pela Natureza?

Em primeiro lugar, no campo, um instrumento fundamental de produção é a terra, à qual está ligada toda produção agrícola. A terra é um instrumento de produção qualitativamente diferente dos outros meios de produção. A terra não é um bem reprodutível. É um bem natural. Não pode ser produzida. Soma-se a isso o fato de que nem toda terra é agricultável.

E se isso fosse pouco, mesmo com toda a tecnologia disponível, os agentes naturais ainda atuam de forma determinante sobre o tempo de produção, diferenciando este tempo do tempo de trabalho. Essa descontinuidade, que caracteriza o período de produção na agricultura, traz como consequência uma rotação mais lenta dos capitais empregados na atividade agrícola, diferenciando dessa atividade, no espaço urbano, a produção industrial. Ou seja, numa lavoura em que haja aplicação de capitais e emprego de trabalho, existe um período de trabalho, preparação da terra, plantio e colheita, e um período de não-trabalho, de crescimento da planta, em que atuam os agentes da natureza. O processo de produção pode não se renovar imediatamente, obedecendo a calendários (safras) agrícolas que dependem das condições impostas pela Natureza, diferentemente da produção urbana-industrial, onde o tempo de produção e o tempo de trabalho podem ser aproximados através da tecnologia.

A incorporação do meio rural no modo de produção capitalista, leia-se modernização, se dá tornando viável a rotação do capital na agricultura, igualando artificialmente o tempo de produção e o tempo de trabalho

através do crédito subsidiado para a agricultura. Assim, a participação do Estado é decisiva.

No caso brasileiro, vejamos estes marcos temporais:

- 1850: *Lei de Terras*
- 1929-1930: Bases para a industrialização, alianças de classes
- 1950: Período desenvolvimentista
- 1964: *Estatuto da Terra*
- 1980: Fim dos milagres
- 1990: Mundialização do capital

O Brasil urbano-industrial nasce a partir de 1920-1930, e começa incorporar o meio rural após 1964, através da mecanização da agricultura.

A *Lei de Terras*, de 1850, substitui a *Lei das Sesmarias*, dá fim ao acesso à terra por meio de concessões, estabelecendo o mercado como regra para a sua aquisição, ao mesmo tempo em que a abolição do tráfico de escravos encaminha para o nascimento do campesinato, oriundo do excedente populacional rural na Europa, onde estava se desenvolvendo o processo de mecanização na atividade agrícola. Com isso, o acesso à terra ocorre mediante o instrumento de compra nos projetos de colonização, que vão ocupar os espaços vazios deixados pelas elites rurais.

A partir dos anos 1920-1930, começam as bases para a industrialização do Brasil, liderada por Getúlio Vargas, que costura uma aliança entre a burguesia industrial nascente e a oligarquia rural. A produção industrial nacional toma grande impulso, bem como a movimentação da população rural em direção às cidades, motivada, além disso, pela regulamentação do trabalho urbano.

Nos anos 1950, o processo de industrialização toma um impulso maior, orientado mais pelas necessidades da acumulação do que pelas de consumo e caracterizado pela produção de bens de consumo, e ficou conhecido como um período da substituição de importações. A população urbana cresce junto com os grandes centros urbanos, e a agricultura fornece alimentos

a baixo custo, mantendo, por um lado, a reprodução da força de trabalho e contribuindo, por outro lado, com produtos para a exportação para o balanço de pagamentos do país. Este modelo perdura até os dias de hoje.

No primeiro desses casos, as unidades de produção de base familiar forneciam excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo da reprodução da força de trabalho rural para os produtos generalizados de consumo da população brasileira. Somam-se a isso produtos como o arroz e o trigo, que contavam com apoio governamental (subsídio), de onde nasce o processo mecanização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul. No segundo caso, o melhor exemplo de intervenção oficial no sentido de articular a agricultura com os interesses do crescimento industrial é o café e, especificamente, a política do café do Instituto Brasileiro do Café, o IBC.

Todavia, mesmo para os produtos que contavam com a proteção e o apoio oficiais, a elevação da base técnica não se fez significativa. O aumento da produção deu-se mais extensivamente do que intensivamente, justamente no período, em que, dentro do latifúndio, as pressões se intensificavam, aumentando as tensões sociais e a necessidade da Reforma Agrária.

O golpe militar de 1964 veio colocar uma pá de cal nos planos excessivamente nacionalistas do populismo, direcionando a expansão dos interesses das multinacionais para a agricultura brasileira, em uma integração indústria-agricultura-indústria. O instrumento utilizado para tanto foi o *Estatuto da Terra*, que não criou nem solucionou os problemas já existentes, mas sintetizou e organizou a ação conjunta do Estado, que o criou no sentido da integração campo-cidade.

O *Estatuto da Terra* tinha dois objetivos amplos: promover a Reforma Agrária e promover uma mudança na base técnica da agricultura brasileira. O primeiro até hoje não saiu do papel. O segundo, mais significativo por ter mudado para sempre a regionalização da agricultura, será aqui analisado. Vejamos um trecho do *Estatuto da Terra* (1985, p. 221).

A interdependência entre o campo e o urbano e industrial é contingência do próprio

desenvolvimento econômico do país e essa interdependência traduz-se nos seguintes aspectos fundamentais do processo de crescimento e integração nacionais, dando à Política de Desenvolvimento Rural várias e insubstituíveis atribuições:

- a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos;
- c) criar, pela elevação do nível de vida rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do país;
- d) concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas migrações entre o campo e a cidade, tanto pela criação nas áreas urbanas de empregos para absorver mão-de-obra liberada do campo pela introdução de tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão-de-obra acrescida pelo incremento demográfico;
- e) fixar, na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permanente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam.

Os dois primeiros pontos já vinham sendo implementados graças às

políticas de Getúlio Vargas, quando este foi presidente da Província do Rio Grande do Sul e, depois, quando ocupou um posto no governo central equivalente ao do atual ministro da agricultura. O terceiro ponto refere-se a agricultura articulada com a indústria no sentido de auxiliar o crescimento industrial através do aumento do consumo rural e da ampliação das oportunidades de negócios na prestação de serviços. Os dois últimos itens estão relacionados à estratégia do Estado, que, por meio de projetos de colonização, cria a sociedade de adoção para aqueles que não migraram para a cidade, aliviando a tensão social criada pela expansão da lavoura capitalista, e, na vastidão do território nacional, promove a ocupação do *heartland* brasileiro, projeto geopolítico sonhado desde o Plano Ramos de Queiroz, de 1874, e executado à luz da estratégia sintetizada por Golbery do Couto e Silva.

A integração nacional vai se construindo a partir dessa nova relação cidade-campo, redefinindo os papéis das regiões brasileiras. Consequentemente, a passagem de regiões relativamente autônomas e policultoras para a especialização regional resultou em uma nova regionalização orientada segundo uma nova divisão interna do trabalho, em que o Sudeste se tornou o polo gerador de decisões, de concentração de capitais, de produtos industrializados, de concentração do Produto Interno Bruto, de maior densidade demográfica, de uma imprensa hegemônica; em suma, o mais importante centro de decisão econômica. Em outras palavras, é implantado um novo processo de regionalização, cujos interesses estão localizados no Sudeste, o qual passa a impor uma mudança de ritmo às demais regiões.

A efetiva incorporação do meio rural à lógica do Brasil urbano-industrial se dá em 1964, a partir do *Estatuto da Terra*, que é o “Plano Diretor”.

No Brasil, como em qualquer parte do mundo capitalista, o crédito subsidiado é a principal medida para tornar a agricultura economicamente viável como atividade industrial. Na atividade agrícola, como já mencionamos, a terra é o meio de produção principal, que, como tal, define o tempo de produção do produto final. Esse descompasso entre a atividade industrial e a agrícola faz com que o Estado torne o dinheiro para a agricultura mais “barato”. A esta característica da produção agrícola somam-se outras, tais como a sazonalidade da produção, os riscos frente aos agentes naturais (secas, enchentes, etc.), a perecibilidade, o armazenamento, os transportes, etc.

Por isso, no capítulo da Assistência e Proteção à Economia Rural do *Estatuto da Terra* (1985, p. 61), serão mobilizados os seguintes meios, dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural:

- assistência técnica;
- produção e distribuição de sementes e mudas;
- criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial;
- mecanização agrícola;
- cooperativismo;
- assistência financeira e creditícia;
- assistência à comercialização;
- industrialização e beneficiamento dos produtos;
- eletrificação rural e obras de infraestrutura;
- seguro agrícola;
- educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
- garantia de preços mínimos à produção agrícola.

A assistência técnica, que orienta a elevação da base técnica e o patamar tecnológico na atividade agrícola, o faz no sentido da mecanização e da industrialização e beneficiamento dos produtos, a dita integração indústria-agricultura-indústria. A assistência financeira e creditícia é seletiva, ligada à formação de cooperativas, que vão se tornando uma forma organizada de buscar recursos, de fazer pressão política e de se especializar, territorializando a produção, cujo preço mínimo deve ser entendido como preço mínimo para a remuneração do capital na agricultura (D-M-D' na agricultura).

As oportunidades econômicas, no processo de modernização da agricultura e a formação de regiões agrícolas, ocorrem de maneira diferenciada. O projeto modernizante abrange os estados do Centro-Sul, jogando as demais regiões brasileiras para papéis periféricos. A integração de capitais pela formação do Complexo Agroindustrial e a conseqüente regionalização da produção têm por objetivo uma busca da taxa média de lucro do conglomerado, ou seja, da integração

do capital financeiro na agricultura. Dessa forma, o Estado, através da política econômica, diferencia o lucro para os grandes empreendimentos, enquanto os pequenos produtores ficariam regulados pelo mercado.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o Estado intervém no sentido de tornar a agricultura capitalista viável, proporcionando infraestrutura para o transporte, como os corredores de exportação, os entroncamentos rodo-hidro-ferroviários e o armazenamento. Época de captação de dinheiro fácil no mercado internacional, ou do “milagre brasileiro”, as cidades crescem e a paisagem rural se modifica rapidamente.

Entretanto, a territorialização do projeto do Estado pela via do *Estatuto da Terra* seria uma abstração se não houvesse do outro lado, há muito tempo, interesses localizados e a gestação de atores sociais: a formação dos granjeiros, que representariam uma racionalidade e um ritmo diferente de produção.

Assim, quais seriam os produtos que viabilizariam a modernização? No estado do Rio Grande do Sul, o arroz foi a primeira lavoura a se modernizar, já no início do século XX. As condições naturais favoráveis, com várzeas e margens de lagoas e rios, a disponibilidade de mão-de-obra e a existência de capital nas mãos de comerciantes e profissionais liberais fizeram com que se desenvolvesse em torno de cidades como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul a lavoura irrigada do arroz.

A cultura do trigo, que, como a do arroz, contava com uma política protecionista do Governo federal, também surge como uma agricultura mecanizada nas mãos de empresários, que não são colonos, mas são um grupo de pessoas em estado de organizar empresas mecanizadas de produção rizícola e tritícola. Já o caso da soja, associada à lavoura do trigo, se dá a partir da década de 1960, com os incentivos estabelecidos no *Estatuto da Terra*.

Portanto, para que ocorram as condições iniciais para a modernização da agricultura, pressupõem-se:

- o interesse do Estado na expansão da produção do arroz e do trigo para a alimentação da população urbana (consumo interno e substituição de importações);

– o interesse de empresas nacionais e transnacionais em criar um mercado consumidor novo e expandir seus negócios para o campo, tanto na produção de equipamentos e insumos quanto no beneficiamento da produção agrícola;

– a possibilidade do surgimento de atores sociais – os granjeiros – de origem urbana, interessados em diversificar seus capitais na agricultura.

As regiões urbanas mais desenvolvidas unem-se às zonas rurais tecnologicamente mais avançadas e passam a prestar-lhes serviços especializados; e estas respondem imediatamente às transformações que ocorrem no campo. Por outro lado, sedes urbanas circundadas por atividades primárias tradicionais tendem a refletir o ritmo e a racionalidade da produção predominante, diferenciando-se do modelo urbano-industrial e diminuindo muitas vezes o tamanho de sua população, a qual migra para os centros maiores em busca de alternativas de emprego.

Atividade

Com base na leitura dos textos desta Unidade, procure responder às perguntas abaixo, como preparação para a sua participação no fórum.

Em que tipo de agricultura, tradicional ou moderna, se enquadra sua localidade? Quais são seus cultivos principais? Houve algum momento na história de sua localidade em que o êxodo foi intenso? Ou sua localidade recebe contingentes populacionais?

Fórum: Qual ou quais propostas de regionalização do estado se aproximam mais da sua problemática local? Por quê?

Arrendatário:

Pessoa que arrenda uma parcela ou um bem mediante o pagamento, em dinheiro ou produto, mas relativa a certa quantia.

Hertland:

Conceito geopolítico que se refere à porção central de um continente. Foi utilizado inicialmente para definir a importância estratégica do centro da Eurásia e, posteriormente, com referência à planície central que liga o Chaco à Amazônia.

Just-in-time:

Modelo que visa administrar a produção reduzindo os estoques de produtos ao necessário para a montagem ou a venda. O objetivo é baixar custos de produção, respondendo apenas à demanda.

Leitura da paisagem:

Descrição e análise dos potenciais e das restrições do meio associados às diferenciações espaciais observadas na paisagem na sua forma, funcionalidade, estrutura e dinâmica, em um momento da história de uma comunidade de determinado lugar que transforma ou não a natureza.

Local:

Porção pequena do espaço geográfico que, quando está associada à escala de relação cartográfica ou matemática, permite uma visualização das relações em um detalhamento maior do que em relação a uma escala global.

Lugar:

Porção pequena do espaço geográfico onde se desenvolvem as relações de cada

dia, as alianças de classe, as estratégias dos grupos sociais e as territorialidades cotidianas.

Ocupante:

Pessoa que cultiva uma parcela não reclamada.

Paisagem:

Recorte do espaço geográfico onde se observa a composição entre os elementos e as dinâmicas do meio em relação com as transformações provocadas pela(s) sociedade(s) humana(s).

Parceiro:

Pessoa que trabalha com o proprietário e faz o pagamento com uma parte ou um percentual da produção, tendo em vista a produtividade desta.

Proprietário:

Pessoa que detém a propriedade da parcela trabalhada, senhor dos bens.

Região:

Porção da superfície da Terra delimitada por características homogêneas nos aspectos físicos e culturais.

Sistema Agrário:

Características das práticas agrícolas utilizadas em um conjunto de unidades de produção.

Sistema de produção:

Características das práticas utilizadas por um grupo de produtores em nível de unidade de produção.

Terroir:

Unidade espacial que reúne diversos componentes da paisagem, ou seja, os fatores que compõem o meio, os dispositivos mais ou menos perenes que

demarcam a ocupação do território e as marcas das práticas agrícolas que diferenciam os sistemas agrários desenvolvidos no decorrer do tempo.

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1997.
- AVANCINI, J. A. et alii. *Paisagem em questão. Cultura visual, teorias e poéticas da paisagem*. Porto Alegre: UFRGS - Evangraf. 2013.
- BANCO MUNDIAL. *Alcanzando a los pobres rurales: nueva estrategia de desarrollo rural*. Washington D. C., Banco Mundial, 2001. 33 p.
- BERQUE, A. *Les raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Hazan, 1995. 190 p.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-ouest*, Toulouse, 39(2), 1968, p. 249-72.
- BERTRAND, G. Le paysage entre la nature et la société. In: ROGER, Allain (Org.) *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éd. Champ Vallon, 1995. 464 p.
- BOLÓS, M. (Org.). *Manual de Ciencia del paisaje: teorías, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Edition Masson S. A., 1992. Colección de Geografía. 273p.
- CHOMENKO, L. Rio Grande do Sul, Brasil – Um estado multifuncional. *Revista IHU*. São Leopoldo: UNISINOS, Instituto Humanitas. Disponível em: <http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11749>. Acesso em: 19 jan. 2008.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. 123 p.
- COSGROVE, D. A. Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 92-121. 1998.
- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ed. Ícone - UNICAMP, 1985.
- DERRUAU, M. *Geografia Humana*. Lisboa: Ed. Presente, 1982. 2 v.
- DUFUMIER, M. Importancia de la tipología de unidades de producción agrícolas en el análisis de diagnóstico de realidades agrarias. In: ESCOBAR, G.; BERDEGUÉ, J. *Tipificación de sistemas de*

produccion agrícola. Santiago de Chile: RIMISP, 1990.

ESTATUTO DA TERRA. Porto Alegre: Comissão de Agricultura e Pecuária. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, junho de 1985.

FONTOURA, L. F. M.; VERDUM, R.; SILVEIRA, C. T. Análise de sistemas de produção e leitura da paisagem. *Revista GeoUerj*. Rio de Janeiro, n. especial, 2003.

FONTOURA, L. F. M.: A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS. 2004. 319 p.

FONTOURA, L. F. M. A desigualdade regional no Brasil meridional. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/386/305>. Acesso em 6 de jul. 2015.

FONTOURA, L. F. M. As transformações na matriz produtiva na região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: GEOGRAFIA ECONÔMICA. Anais de Geografia Econômica e Social, nº 4. UFSC, julho de 2012. 320p.

GEORGE, P. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. *A vida rural e mudança social*. 3. Ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1979.

HAESBAERT, R. *Região, diversidade territorial e globalização*. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_01/rogerio%20haesbaert.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República). *Radambrasil: levantamento dos recursos naturais*. Rio de Janeiro, 1986, v. 33, 791 p.

KERN, M. L. B. *Paisagem: Desdobramentos e Perspectivas Contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2010. 304 p.

LONG, N. *Introdução à sociologia do desenvolvimento rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MACIEL, C. A. A. M. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada ontogenoseológica. *Revista Geographia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, ano 3, n. 6. 2001. p. 1-12.

ROGER, A. (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éd. Champ Vallon, 1995. 464 p.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. *Géosystèmes et paysages: bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin, 1991. 302 p.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Z. A. P. de S.; SOUZA, M. C. M.; CARRIERI, A. P. Pesquisa em sistema de produção: uma revisão. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo, 41(2), p. 127-39, 1994.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SUERTEGARAY, D.; GUASSELLI, L. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 319 p.

TUAN, Y. F. *Topophilia*. A study of environmental perception, Attitudes and Values. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs. 1974. 260 p.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC/ Editora da USP, 1991.

VEIGA, J. E. et alii. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão n. 1, 2001.

VERDUM, R. et alii. *Paisagem - leituras, significados, transformações*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012. 256 p.

VERDUM, R.; PUNTEL, G. A. Espaço geográfico e paisagem. In: BUITONI, M. M. S. *Geografia: ensino fundamental - Coleção Explorando o Ensino*. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica, v. 22, p. 77-90. 2010.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n. 3, p. 21-30 jul/set. 2000.